

Caged

Emprego formal abre 2007 em alta

A produção e as vendas de veículos no mercado interno, os números recordes do turismo, o crescimento da construção civil e o bom desempenho da safra agrícola explicam a geração de 105.468 com carteira assinada apurados pelo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) no primeiro mês do ano no Brasil.

O resultado foi o segundo melhor para janeiro desde que o levantamento começou a ser feito pelo Ministério do Trabalho. Se a comparação tomar como base os últimos 12 meses, o crescimento das vagas é de 4,5%, com a criação de 1.247.538 empregos no ano.

Os grandes destaques deste início de 2007 recaíram sobre os setores prestadores de serviços, indústria e agro-indústria.

São Paulo puxou a abertura de novos postos de trabalho com carteira assinada em janeiro no País, criando 60 mil vagas.

O crescimento de 0,6% significa que de cada 10 novos empregos formais no Brasil, seis foram em São Paulo.



O setor de turismo teve crescimento recorde e gerou milhares de postos de trabalho em janeiro

ABC registra pequeno avanço

Segundo o Caged, a região começou o ano abrindo 1.166 vagas, o que significa 0,2% a mais de pessoas ocupadas que em dezembro.

Janeiro tradicionalmente tem poucas contratações, mas os números do ABC preocupam porque a abertura de postos de trabalho no Estado de São Paulo e no País foi maior.

Uma das explicações para o desempenho da região é que os sete municípios não têm atraído investimentos que gerem muitos empregos. O setor petroquímico, por exemplo, recebeu bastante dinheiro mas abriu poucas vagas.

A indústria foi o segmento que mais admitiu no ABC em janeiro, com 1.156 contratações. Diadema foi o destaque positivo, com o melhor volume de empregos gerados e o maior índice de crescimento. O destaque negativo veio de São Bernardo, com o fechamento de 75 postos.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Diadema, Joel Fonseca, explica que o bom indicador reflete o esforço da Prefeitura para divulgar o potencial do município e para auxiliar as empresas a se organizarem. “Recentemente, a GSRSet, de tecnologia, e a metalúrgica Itaesbra, se instalaram na cidade”, afirma Joel.

D. Ivo Lorscheiter

Enterrado bispo que enfrentou a ditadura

O ex-presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Ivo Lorscheiter (foto), foi enterrado ontem em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, cidade que era bispo emérito. Ele faleceu segunda-feira, aos 79 anos, após complicações resultantes de uma cirurgia no estômago. Ligado à Teologia da Libertação, corrente do catolicismo que vê a igreja como agente de transformações sociais, dom Ivo comandou a CNBB entre 1971 e 1978, os anos mais repressivos do regime militar. Durante todo esse período, o religioso e a entidade se opuseram de forma corajosa às violências da ditadura.



Bastante modesto, quando perguntavam a dom Ivo sobre sua atuação, dizia que apenas havia cumprido seu dever. “É obrigação de todo católico opor-se às violações dos direitos humanos”, completava.

De espírito aberto, dom Ivo foi um dos primeiros bispos do País a pedir a realização de eleições diretas para presidente da República e se opôs às medidas do Vaticano contra o então frade Leonardo Boff.

“Foi um gigante, uma pena que não tenha sido nomeado cardeal. A igreja terá de pedir perdão a ele”, comentou o importante teólogo Fernando Altemeyer, ex-assessor de dom Paulo Evaristo Arns.

Mensalidades no Sesi

Presidente Skaf foge do debate

O presidente da Fiesp e do Conselho Regional do Sesi, Paulo Skaf, continua se negando a discutir com o movimento sindical a recém implantada cobrança de mensalidades nas escolas da entidade.

Desde o anúncio da cobrança, em janeiro deste ano, o Sindicato já fez quatro pedidos de reunião com Paulo Skaf, além do envio de email a pedido de sua secretária, pois segundo ela essa seria a maneira mais eficiente de garantir o encontro.

“É uma postura escapist e autoritária, de não enfrentar um debate sobre as mensalidades”, criticou



Rafael cobra responsabilidade de Skaf

Rafael Marques, secretário geral do Sindicato.

Para ele, só a pressão dos trabalhadores e dos pais dos alunos vai fazer o autor de me-

didada tão impopular receber os trabalhadores.

Rafael afirmou ainda que Paulo Skaf, ao assumir a presidência da Fiesp, cobrou dos empresários responsabilidades como a inclusão social, pedindo ao governo menos impostos.

“Agora ele taxa a escola dos filhos dos trabalhadores? Que responsabilidade é essa? Que inclusão é essa?”, perguntou Rafael.

O Sindicato está distribuindo pesquisa para ser respondida pelos pais de alunos do Sesi. Ela deve ser devolvida até terça-feira ao pessoal dos Comitês Sindicais, Comissões de Fábrica e cipeiros.

FIQUE SÓCIO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS METALÚRGICOS DO ABC - LIGUE: 4128-4200 Ramal: 4259

Publicidade

INGLÊS ou INFORMÁTICA
por R\$ 35,00 mensais

INGLÊS Ênfase na Conversação. Extensivo a dependentes e familiares. Aulas Interativas - DVD e Audio. Turmas reduzidas e separadas por faixa etária.	INFORMÁTICA 01 aluno por Micro Computadores de última geração. Extensivo a dependentes e familiares. Sexta-feira livre p/ Internet e treinamento.
---	---

MATRÍCULAS ABERTAS **UNIDADES:** São Bernardo: Av. Indico, 535 - 3439-1382 Santo André: Rua Senador Fláquer, 443 (CUT Sto. André) - 6831-0642 Diadema: Av. Encarnação, 290 (Regional Diadema) - 3439-3563

Ligue na Unidade mais próxima e agende já seu horário

Página 4

Quarta-feira

7 de março de 2007
Edição nº 2284

CAI LIMINAR DO IMPOSTO SINDICAL. SÓCIOS TERÃO DEVOLUÇÃO DA COBRANÇA

Justiça do Trabalho determina volta da cobrança. Sócios serão compensados com a não cobrança de duas mensalidades do Sindicato. *Página 3*

▶ LEIA TAMBÉM

Conheça as mudanças na nova lei sobre doenças do trabalho

Página 3

Sindicato insiste em debater cobrança de mensalidades com o Sesi

Página 4

Retirada de ônibus desorganiza vida de trabalhadores e moradores no bairro

Metalúrgicos reivindicam mais ônibus na Paulicéia

Com o fim das férias escolares, a Prefeitura de São Bernardo diminuiu o número de ônibus que circulava pela Paulicéia. Trabalhadores de 15 fábricas no bairro circulam abaixo-assinado para trazer o transporte de volta.

Página 2

NOTAS E RECADOS

Tá certo!

O Ministério da Educação apresentou plano de R\$ 8 bilhões para reformular o ensino brasileiro.

Novo vice-líder

O deputado Vicentinho, ex-presidente do Sindicato e da CUT, foi escolhido um dos vice-líderes do PT na Câmara Federal.

Boa notícia

O governo federal autorizou a produção e comercialização de anticoncepcionais orais genéricos com preços menores que os medicamentos de marca.

Sinal amarelo

Depois de três meses de altas seguidas, quando acumulou crescimento de 1,8%, a indústria brasileira caiu 0,3%.

Mau negócio

O PT de Minas Gerais quer saber por que o governo do Estado perdeu R\$ 10,7 milhões com o Banco Open.

Torcida contra

Bush nem chegou e a mídia conservadora já decretou o fracasso da viagem.

Lamento tucano

Se o presidente fosse FHC, as manchetes seriam: Fernando Henrique defende o interesse brasileiro na questão do etanol.

Futuro

O Brasil tem quase 15 milhões de pessoas com acesso à internet, contingente que deixa o País como o 11º do mundo em quantidade de usuários da rede.

Olha a grana!

Será hoje o sorteio da Mega-Sena. O prêmio acumulou pela nona vez no sábado e a estimativa é que chegue a R\$ 40 milhões.

Reivindicação

Mais ônibus urbanos na Paulicéia



Falta de ônibus atrapalha a vida dos trabalhadores e moradores na Paulicéia

Os trabalhadores de 15 fábricas da Paulicéia, em São Bernardo, estão participando de abaixo-assinado pela manutenção do número de ônibus que circularam nas linhas do bairro durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro.

A retirada dos ônibus desorganiza a vida do pessoal. Com atrasos nos horários de entrada e saída, eles chegam tarde em casa, perdem a hora da consulta médica e outros compromissos com horário marcado.

Os companheiros já encaminharam pedido de mais ônibus à ETC, responsável pelo transporte coletivo na cidade. Mas a direção da empresa alegou que é praxe a retirada de ônibus durante as

férias escolares e o carnaval.

Os trabalhadores querem ver resolvido esse problema que começou há três anos. A reivindicação, com os abaixo-assinados, será encaminhada à Prefeitura e à Câmara de São Bernardo.

A mobilização envolve cen-

tenas de trabalhadores, entre eles a companheirada na Kostal.

“É preciso encontrar uma solução, pois o pessoal perde muito tempo justamente no momento que pode ficar mais com a família”, disse Mário Donizeti, do Comitê Sindical.

Greve na Fris

Continua campanha de solidariedade

Os metalúrgicos estão respondendo de forma positiva à campanha de solidariedade aos companheiros na Fris Moldu Car, que estão em greve por salários e direitos.

Ontem foi a vez do pessoal nas empresas em Santo André, que arrecadaram cestas básicas. A campanha também começou na Irbas e na Mahle Metal Leve.

Os trabalhadores na Fris estão sem salário há dois meses e muitos não têm o que comer. “A solidariedade da categoria é fundamental para o pessoal superar esse momento difícil”, disse o diretor do Sindicato Juarez Barros, o Buda.

Baile da AMA-ABC

Homenagem às mulheres

O baile da AMA-ABC deste sábado vai homenagear as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher. Será das 18h30 às 23h30, com a Banda Tropicaliente, na Sede do Sindicato.

Os preços são populares e as reservas de mesa devem ser feitas pelo telefone 4127-2588.

AGENDA

SMS

Reunião hoje na Regional Diadema, às 18h, para discutir as modificações no plano de cargos e salários e assuntos internos.



Ministério do Trabalho. Para trabalhar no Brasil, estrangeiros devem receber vistos de trabalho temporários, com validade de até dois anos.

Inaceitável

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT

(CNM-CUT) protestou contra a intenção da Thyssen de trazer os 600 trabalhadores. “Não podemos aceitar as alegações de que as vagas não podem ser ocupadas por trabalhadores brasileiros”, protestou Carlos Alberto Grana (foto), presidente da CNM-CUT. “Isso não existe nos países onde são realizados investimentos brasileiros”, completou.

Agora, a Confederação vai interceder junto ao Ministério do Trabalho para que não sejam dados vistos a trabalhadores estrangeiros para esta obra. Ao mesmo tempo, quer conversar com a matriz da Thyssen, através do IG Metall, o sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha, e com a Vale do Rio Doce, parceira brasileira do projeto.

Imposto Sindical

Sócios terão devolução

Depois de 10 anos a categoria voltará a ter o imposto sindical descontado no mês de março, mas os sócios do Sindicato serão isentos das mensalidades de março e de abril.

O não desconto era uma decisão provisória da Justiça. Nos últimos anos ela era revista e mantida. Isso não aconteceu neste ano.

No ano passado, o Sindicato dos Bancários de São Paulo também perdeu liminar semelhante. Assim como a gente, eles permaneceram isentos por 10 anos.

Mensalidade

A diretoria do Sindicato, no entanto, entendeu

que os associados não devem ser afetados e decidiu não cobrar as mensalidades de março e abril.

Para a diretoria, a luta contra esse imposto tem um valor histórico para o questionamento da estrutura sindical que há mais de 70 anos está em vigência no Brasil.

Buscar uma maneira de isentar a categoria e, ao mesmo tempo, questionar a estrutura sindical e suas taxas obrigatórias foi uma decisão do 2º Congresso dos Metalúrgicos, de 1996. Em anos anteriores, porém, o Sindicato já tinha a prática da devolução através da troca por mensalidades, como neste ano, ou pela devolução em

dinheiro.

O entendimento é que essa cobrança viabiliza a formação de sindicatos fantasmas, sem qualquer representatividade, já que eles não se sentem obrigados a sindicali-

zar os trabalhadores.

A iniciativa de isenção das mensalidades mostra a importância de um sindicato independente e autônomo, fortalecido espontaneamente pelos metalúrgicos que representa.

Como o imposto é dividido

O Imposto Sindical foi criado em 1943 por Getúlio Vargas para a sustentação de entidades sindicais tanto patronais quanto de trabalhadores. A ideia era manter os sindicatos atrelados ao governo, limitando sua capacidade de organização e reivindicação.

O valor do imposto corresponde a um dia de tra-

balho. As empresas recolhem o valor descontado do trabalhador para a Caixa Econômica Federal.

Do total recolhido de cada trabalhador, a Caixa repassa 60% para os sindicatos. Do restante, 20% vão para o Ministério do Trabalho, 15% para as federações e 5% para as confederações, conforme determina a lei.

Nexo Epidemiológico

Tire suas dúvidas sobre a nova lei

No próximo dia 1º de abril entra em vigor o decreto nº 6042, aprovado como lei em 12 de fevereiro, que regulamenta as mudanças na caracterização das doenças e acidentes relacionados ao trabalho pelo novo sistema de nexo epidemiológico.

O que significa a nova lei?

A nova lei inverte o ônus da prova do nexo epidemiológico. Se a empresa não concordar com o nexa estabelecido, ela terá de provar que não foi o trabalho o causador da doença ou lesão no trabalhador.

Quem define os tipos de doenças?

A relação de doenças e dos ramos de atividades onde há nexa epidemiológico está publicada na lista B do anexo 2 do regulamento.

A empresa poderá recorrer?

Uma vez estabelecido o nexa conforme manda a lei, a empresa, em caso de não concordar com a decisão da perícia, poderá recorrer, pedindo ao INSS a não aplicação do nexa técnico epidemiológico naquele caso concreto. Nesse caso, ela terá de provar que não existe nexa causal entre o trabalho e a doença ou sequela, de acordo com o disposto no parágrafo 7 do artigo 337.

Enquanto isso, como fica caracterizado

o benefício?

Enquanto não tiver uma decisão sobre o recurso da empresa, o trabalhador continuará recebendo normalmente o auxílio doença acidentário (B91).

Quando o auxílio médico acidentário é concedido?

De acordo com o parágrafo 5º do mesmo artigo 337, o auxílio doença acidentário (código B91) será concedido uma vez reconhecida pela perícia médica do INSS a incapacidade para o trabalho e estabelecido o nexa entre a o trabalho e a doença ou sequela.

E nos casos em que o trabalhador já está afastado e recebendo o auxílio doença (B31)?

A partir da constatação do nexa, o benefício será automaticamente modificado para auxílio doença acidentário (B91).

A CAT continua obrigatória?

As empresas continuam obrigadas a emitir a Comunicação dos Acidentes e Doenças do Trabalho (CAT) para todos os acidentes de trabalho ou de trajeto e também para todas as doenças relacionadas ao trabalho, que estão no anexo II da nova lei.

A CAT também deve ser emitida nos casos sem afastamento?

Sim, em todos os casos, inclusive para os casos sem afastamento do trabalho ou afastamento menor de 15 dias.

A lei é boa ou ruim?

A nova lei está do lado do trabalhador e poderá ser uma grande arma na luta pela melhoria das condições de trabalho.

Além disso, enquanto as empresas não provarem que não há nexa o trabalhador estará garantido, recebendo seu benefício e fazendo seu tratamento, sem ter de ficar correndo atrás de provas, exames e perícias.

CONFIRA OS SEUS DIREITOS

A nossa luta de cada dia

A luta também faz a lei! No caso das mulheres dois ingredientes são fundamentais para que a discussão de gênero ganhe importância na agenda política: a perseverança de tantos grupos e instituições organizadas e a conquista de espaço feminino no poder público.

O sonho da igualdade real vai preservar os direitos humanos e não mais direitos apenas das mulheres, dos índios, dos idosos, das crianças.

Os resultados

São muitos os bons exemplos da luta social e ação política:

- criação da lei Maria da Penha, que traz instrumentos para combater a violência doméstica.
- lei que melhora as condições da população carcerária feminina.
- lei que estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade.
- lei que faculta à empregada doméstica o acesso ao FGTS.
- lei que garante às mães o direito à presença de acompanhante durante o parto e pós-parto pelo SUS.
- lei que amplia o atendimento dos planos e seguros privados para a realização de cirurgia plástica no caso de mutilação decorrente do câncer de mama.

Nova visão

Enfrentar a desigualdade exige o enfrentamento de questões como educação, saúde e relações de trabalho e a compreensão que a promoção da igualdade de gênero fortalece a renda e reduz a pobreza.

A Comissão de Mulheres Metalúrgicas tem inserido na agenda do Sindicato ações e estudos voltados à efetiva participação dos trabalhadores no processo de valorização humana da mulher!

O compromisso de cada um de nós é a adesão à luta de cada dia de nossas companheiras, mães, esposas e filhas para um País de iguais.

Departamento Jurídico